

Feira Livre *Conspira*

Afinal de contas, recuperou o Congresso as suas prerrogativas para isso? A nação tinha entendido diferente: os poderes aumentados pela Constituinte seriam exercidos, com absoluta prioridade, em nome dos interesses nacionais, em defesa da cidadania e na proteção do contribuinte contra os abusos do Executivo.

Entendeu errado. O Congresso continua a conceder-se prioridade, e a cuidar dos seus interesses como se fossem públicos e dos interesses públicos como se fossem particulares.

Há duas semanas, deputados e senadores ressarciram-se regiamente da quantia que passaram a descontar para o imposto de renda, como qualquer brasileiro com ganhos tributáveis. Aumentaram os subsídios parlamentares para 4,7 milhões de cruzados mensais.

Antes que a opinião pública se conformasse com o tratamento favorecido que compensou a eliminação do privilégio de não pagar imposto de renda, o Senado, com artifício de feira livre, aproveitou a votação de um aumento de 60% para o funcionalismo da União e saltou para o patamar de 7,6 milhões de cruzados.

Mais acintoso do que o aumento foi o expediente: na pauta de votação do último dia de trabalho dos senadores, o aumento do funcionalismo, por acordo de liderança, tinha implícita a exclusão dos parlamentares. Um senador do PMDB, a pedido do líder do governo, pediu verificação de voto. Como não havia número suficiente de presenças, a sessão foi encerrada... e o aumento ficou mantido. Jogo baixo, portanto, porque o autor do pedido já sabia da insuficiência do *quorum*. Uma vergonha como poucas vezes se viu.

Há dias o Congresso deu-se um privilégio que nenhum cidadão mereceu: aumento de ganhos para cobrir o que passou a pagar ao imposto de renda. Os subsídios parlamentares tiveram aumentos de 45% para ressarcir-los em desigualdade de tratamento diante dos demais brasileiros.

Esta semana foi aprovado o conjunto de medidas tributárias propostas pelo Executivo, entre elas a redução das faixas de desconto do imposto de renda a apenas duas: 10 e 25 por cento. Foram, portanto, beneficiados de novo com a redução de 45 para 25%, mas mantiveram intactos os mesmos 4,7 milhões de cruzados, como se a situação fosse a mesma. Não se lembraram de deduzir a diferença que entrou no bolso para não sair.

O grande golpe veio ao apagar das luzes. O

Senado aprovou o aumento de 60% para o funcionalismo e tirou mais um pedaço do mesmo tamanho do bolso do contribuinte, para a ostentação dos poderes recuperados. Estão embolsando desde agora, no bruto, 119 salários mínimos aumentados, que só vigorarão em janeiro. Vão alegar que, com o desconto, os subsídios líquidos caem para 5,8 milhões de cruzados, o equivalente a 91 salários mínimos que começarão o novo ano. Desculpa esfarrapada.

Estamos diante de um atentado à desigualdade de renda que põe os parlamentares acintosamente no alto da absurda pirâmide salarial brasileira. Mais do que uma injustiça, é uma provocação social, moral e política. Um absurdo porque a democracia representativa não tem meios automáticos para restaurar o respeito e punir os insensatos, numa hora em que a sociedade está ameaçada pela hiperinflação. Nesse nível de rendimento, só se contam os altos dirigentes de bancos estrangeiros e grandes multinacionais, com faturamento mensal de 5 milhões de dólares para cima.

O Congresso não é uma empresa e a representação política não é meio de enriquecimento pessoal. Na velha República, que desmoronou por estar carcomida, deputados e senadores guardavam compostura. As sessões legislativas duravam de três a quatro meses, que era o tempo necessário ao exame minucioso do Orçamento e à sua aprovação. Os representantes do povo recebiam ajuda de custo no período e depois voltavam para o trabalho de que viviam. A representação política era uma honra.

Recusam-se os brasileiros a acreditar que não possa existir uma sanção ao alcance dos dirigentes do Congresso para a reparação devida aos contribuintes. Se as prerrogativas se destinam a servir ao privilégio, que se ouça pelo menos a condenação por uma parcela dos que entendem essa seqüência uma provocação política e um atentado à moralidade pública.

Se nada puder ser feito, que pelo menos os honrados e sensíveis ao clamor da opinião pública tomem a iniciativa de recusar o aumento que vem revestido de indignidade. E comprovem que na sua conta não foi debitado o aumento e, se não puderem evitá-lo, que o devolvam publicamente. É o que esperam agora os cidadãos, a dois anos das eleições parlamentares, para que não tenham de punir indiscriminadamente com o voto os participantes do indecoroso festival e os que não concordam com o espetáculo indigno de uma nascente democracia.